

EDITAL DE PREGÃO N.º. 11/2016

Município de Almirante Tamandaré do Sul.
Sec. Mun. de Saúde, Educação, Agricultura, Obras, Fazenda e Gabinete do Prefeito
Edital de Pregão n.º. 11/2016 – Forma Presencial.
Tipo de Julgamento: menor preço por item.
Processo n.º. 034.01.02.08 /2016

Edital de pregão para a contratação de empresa para o fornecimento de pneus novos de diversas bitolas e de câmaras de ar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que às **08:30 h do dia 25 do mês de maio do ano de 2016**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré do Sul, localizada na Rua Mário Linck, n.º 352, Centro em Almirante Tamandaré do Sul/RS, se reunirão a Pregoeira e Equipe de Apoio, designados pela Portaria n.º. 148.16 de 03 de maio de 2016, e Portaria 150.16, de 03 de maio de 2016, com a finalidade de receber credenciamento, propostas e documentos de habilitação, objetivando a contratação de empresa para o fornecimento com entrega única dos bens descritos no anexo I, deste edital, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal n.º. 10.520/2002, Lei Complementar n.º. 123/2006, Lei Complementar n.º. 147/2014 e do Decreto Municipal n.º. 014/2015, com aplicação subsidiária da Lei Federal n.º. 8.666/1993.

1- OBJETO:

Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa para o fornecimento dos itens contidos no termo de referência (Anexo I), de forma única.

2- APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

2.1. Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no item 7 deste edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de n.º. 1 e n.º 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

AO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL
EDITAL DE PREGÃO N.º 11/2016
ENVELOPE N.º 01 - PROPOSTA
PROPONENTE (NOME COMPLETO)

AO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL
EDITAL DE PREGÃO N.º 11/2016
ENVELOPE N.º 02 - DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE (NOME COMPLETO)

3- REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

3.1. A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto à Pregoeira, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

3.1.1. A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade.

3.2. A documentação referente ao credenciamento de que trata o **item 3** deverá ser apresentada fora dos envelopes.

3.3. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

a) se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:

a.1) cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;

a.2) documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;

a.3) inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

a.4) decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

a.5) registro comercial, se empresa individual.

b) se representada por procurador, deverá apresentar:

b. 1) instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública.

OU,

b. 2) carta de credenciamento, este com a firma do outorgante reconhecida, outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

Observação 1: Em ambos os casos (b.1 e b.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do contrato social da empresa licitante.

Observação 2: Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

3.4. Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.

3.5. A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados neste edital, deverá apresentar **no momento do credenciamento:**

3.5.1. Certidão expedida pela Junta Comercial ou declaração firmada por contador efetuada mediante, (modelo no anexo IV), ou, no caso de Microempreendedor Individual - MEI, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, ambas devem atribuir à condição de enquadramento, **estas com prazo não superior a 12 (doze) meses da data designada para a apresentação do documento**, além de todos os documentos previstos neste edital.

3.5.2. As cooperativas que tenham auferido no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 6.15 a 6.18 e 7.3, deste edital, conforme o disposto no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, **declaração, firmada por contador, de que se enquadra no limite de receita referido acima.**

3.6. Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, modelo no anexo V desse edital.

4. RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

4.1. No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, a Pregoeira, inicialmente, receberá os envelopes nº 01- PROPOSTA e 02- DOCUMENTAÇÃO.

4.2. Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

5. PROPOSTA DE PREÇO:

5.1. A proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Administração em 90 (noventa) dias, deverá ser apresentada em folhas sequencialmente numeradas e rubricadas, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, e deverá conter:

- a) Razão social da empresa, endereço, telefone, e-mail;
- b) Descrição completa do produto ofertado, inclusive a marca;
- c) Preço unitário e total, sendo o unitário considerado para a fase de lances, indicado em moeda nacional, onde deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora, com atendimento integral das especificações técnicas e condições de fornecimento do anexo I deste edital;

5.1.1. Deverá ser apresentado juntamente com a proposta de preço:

- a) Para produtos de fabricação nacional: **Carta de Representação ou documento hábil, em vigor**, expedida pelo fabricante, autorizando a licitante a comercializar seus produtos, dispensada no caso de a licitante ser a própria fabricante;
- b) Para produtos importados: **Carta de Representação ou documento hábil, em vigor**, expedida pelo fabricante, autorizando o importador a comercializar seus produtos; e **Carta de Representação ou documento hábil, em vigor**, expedida pelo importador, autorizando a licitante à comercializar os produtos por esta importados; este último documento é dispensado no caso de a licitante ser o próprio importador, sendo que os documentos em língua estrangeira deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para a língua portuguesa por tradutor juramentado;

- c) Certificado do INMETRO dos produtos (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial), dentro das normas da ABNT vigentes;
- d) Catálogo com informações técnicas dos produtos;
- e) Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras, expedido pelo IBAMA, em vigor, em nome da fabricante ou importador. As atividades potencialmente poluidoras expressas nos certificados devem ser pertinentes ao objeto desta licitação;
- f) Licença de Operação (LO), para a execução de atividade pertinente ao objeto desta licitação, expedida por órgão ambiental competente, em vigor, em nome do fabricante ou do importador;
- g) Declaração de garantia dos pneus de mínimo 05 (cinco) anos contra defeito de fabricação, esta com a firma do outorgante reconhecida.

5.2. Das condições dos produtos ofertados:

- a) Os produtos a serem entregues deverão ser de 1º linha.
- b) As licitantes deverão ofertar produtos NOVOS. Não serão aceitos pneus e câmaras de ar, recauchutados, remanufaturados, reciclados, reformados, reconicionados, recapados, ou outros quaisquer de natureza semelhante. Somente serão aceitos pneus fabricados com matéria-prima de primeiro uso.
- c) A licitante deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada conforme o sistema de Logística Reversa de acordo com o inciso III do art. 33 da Lei Federal 12.305/2010 que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Observação: Serão considerados, para fins de julgamento, os valores unitários constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

6.1. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquelas poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

6.2. Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

6.3. No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, **a partir da autora da proposta de maior valor**, até a proclamação da vencedora.

6.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

6.5. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida à ordem prevista nos itens 6.3 e 6.4.

6.5.1. Dada à palavra a licitante, esta disporá de até 02 (dois) minutos para apresentar nova proposta.

6.6. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

6.6.1 A diferença entre cada lance não poderá ser inferior ao valor ou percentual indicado pela Pregoeira durante a sessão.

6.7. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no item 13 deste edital.

6.8. O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pela Pregoeira, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

6.9. Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço total e o valor estimado para a contratação, podendo a Pregoeira negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

6.10. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.11. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais

baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

6.12. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o **menor preço unitário por item**, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.

6.13. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) Forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- c) Afrontarem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 05;
- d) Contiverem opções de preços alternativos ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou superfaturados.

Observação: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

6.14. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

6.15. Encerrada a sessão de lances, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar 123/06, sendo assegurado, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 3.5.1, deste edital.

6.15.1. Entende-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

6.16. Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 05 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma de alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 6.15.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.

6.17. Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 6.16 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

6.18. O disposto nos itens 6.15 a 6.17, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

6.19. Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.

6.20. A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto ao setor de Licitações deste Município, conforme subitem 15.1 deste edital.

6.21. Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

7. DA HABILITAÇÃO:

7.1. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá apresentar, dentro do ENVELOPE Nº. 02, os seguintes documentos:

7.1.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a)** registro comercial, no caso de empresa individual;
- b)** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

- c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.2.1 Será dispensada da apresentação, no envelope de habilitação, dos documentos referidos no item 7.1.2, a empresa que já os houver apresentado no momento do credenciamento, previsto no item 03 deste edital.

7.1.3 REGULARIDADE FISCAL:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;

b.1) Em se tratando de prova de inscrição municipal, esta, deverá estar em vigor, ou, no caso de inscrição permanente, juntar a comprovação de quitação da taxa do exercício atual.

c) prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN (Certidão Conjunta Negativa);

d) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

e) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

f) prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

7.1.4 REGULARIDADE TRABALHISTA E DO TRABALHO DO MENOR:

a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto - Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CNDT).

b) Declaração que atende ao disposto no artigo 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal n.º 4.538-02 (modelo no anexo III) deste edital.

7.1.5 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento.

7.1.6 OUTROS DOCUMENTOS:

a) Declaração de Idoneidade da proponente (modelo no anexo II) deste edital.

7.2. Para as empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

Observação: Caso algum dos documentos fiscais obrigatórios, exigidos para cadastro esteja com o prazo de validade expirado, a licitante deverá regularizá-lo no órgão emiteente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação, bem como, os documentos que sofrerem alterações.

7.3 A microempresa e a empresa de pequeno porte, bom como a cooperativa que atender ao item 3.5.1 e 3.5.2, que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, previstos no item 7.1.3, deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

7.3.1 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogada uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

7.3.2 Ocorrendo à situação prevista no item 7.3, a sessão do pregão será suspensa, podendo o pregoeiro fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.

7.3.3 O benefício de que trata o item 7.3 não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

7.3.4 A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 7.3, implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item 8.2, sem prejuízo das penalidades previstas no item 13.1, aliena a, deste edital.

7.4. O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder da Pregoeira pelo prazo de 03 (três) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

8. ADJUDICAÇÃO:

8.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, à licitante que ofertar o menor preço será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

8.2. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

8.3. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará as licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

9. RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

9.1. Tendo a licitante manifestado motivadamente, na sessão pública do pregão, a intenção de recorrer, esta terá o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso.

9.2. Constará na ata da sessão à síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.

9.3 A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

9.4 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, reconsiderar

sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora.

10. PRAZOS:

10.1 Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 05 (cinco) dias, convocará a vencedora para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

10.2 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado, uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

10.3. O termo inicial do contrato será o de sua assinatura e sua vigência será de acordo com o prazo da garantia.

11. DA ENTREGA DOS PRODUTOS:

11.1. Os produtos deverão ser entregues no setor de almoxarifado, situado no seguinte endereço: Rua Lindolfo Dias de Meira, S/Nº, Bairro Centro, Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Trânsito, junto ao Parque de Máquinas.

11.2. A entrega deverá ocorrer de forma única, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da ordem de fornecimento emitida pelo responsável da Prefeitura Municipal;

11.3. Verificada a desconformidade de algum dos produtos, a contratada deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

11.4. A entrega dos produtos deverá ser de acordo, com as especificações exigidas no Anexo I.

11.5. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com os produtos.

12. PAGAMENTO:

12.1. O pagamento será efetuado em parcela única, mediante empenho e apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado, em até 10 (dez) dias após a entrega dos produtos. Somente serão pagos os valores correspondentes ao bem atestado pelo servidor responsável.

12.2. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo e número do pregão, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento dos produtos e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

12.3. Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 02.2005 - Manut. Gabinete Prefeito

Elemento da Desp.: 30/3.3.90.30.00.0000 (0001) - Material de Consumo

Órgão: 03 Sec. Municipal de Fazenda, Adm. e Planejamento

Projeto/Atividade: 03.2008 - Manut. Secretaria de Fazenda, Adm. e Planejamento

Elemento da Desp.: 53/3.3.90.30.00.0000 (0001) - Material de Consumo

Órgão: 04 Sec. Municipal de Saúde, Habitação e Assistência Social

Projeto/Atividade: 04.2009 - Manut. Secretaria de Saúde

Elemento da Desp.: 69/3.3.90.30.00.0000 (0040) - Material de Consumo

Elemento da Desp.: 70/3.3.90.30.00.0000 (4011) - Material de Consumo

Elemento da Desp.: 71/3.3.90.30.00.0000 (4510) - Material de Consumo

Elemento da Desp.: 69/3.3.90.30.00.0000 (0040) - Material de Consumo

Projeto/Atividade: 04.2015 - Manut. dos Veículos da Saúde

Elemento da Desp.: 149/3.3.90.30.00.0000 (0040) - Material de Consumo

Elemento da Desp.: 150/3.3.90.30.00.0000 (4510) - Material de Consumo

Elemento da Desp.: 151/3.3.90.30.00.0000 (4521) - Material de Consumo

Projeto/Atividade: 04.2020 - Manut. da Vigilância Epidemiológica

Elemento da Desp.: 212/3.3.90.30.00.0000 (4710) - Material de Consumo

Projeto/Atividade: 04.2025 - Manut. do Centro de Referência em Assist. Social - CRAS

Elemento da Desp.: 259/3.3.90.30.00.0000 (0001) - Material de Consumo

Órgão: 05 Sec. Municipal de Educação, Cultura e Lazer

Projeto/Atividade: 05.2028 - Manut. Secretaria de Educação e Cultura

Elemento da Desp.: 319/3.3.90.30.00.0000 (20) - Material de Consumo

Projeto/Atividade: 05.2035 - Manut. Transporte Escolar Ensino Infantil Creche

Elemento da Desp.: 388/3.3.90.30.00.0000 (0020) - Material de Consumo

Projeto/Atividade: 05.2036 - Manut. Transporte Escolar Ensino Infantil Pré
Elemento da Desp.: 399/3.3.90.30.00.0000 (0020) - Material de Consumo

Projeto/Atividade: 05.2040 - Manut. Transporte Escolar Ensino Fundamental
Elemento da Desp.: 441/3.3.90.30.00.0000 (0020) - Material de Consumo

Órgão: 06 Sec. Municipal de Agricult., Ind., Comércio e Meio Ambiente
Projeto/Atividade: 06.2050 - Manut. Secretaria Municipal de Agricultura
Elemento da Desp.: 512/3.3.90.30.00.0000 (0001) - Material de Consumo

Projeto/Atividade: 06.2051 - Manut. de Máquinas, Veículos da Agricultura
Elemento da Desp.: 519/3.3.90.30.00.0000 (0001) - Material de Consumo

Órgão: 07 Sec. Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Trânsito
Projeto/Atividade: 07.2067 - Manut. e Conservação de Estradas
Elemento da Desp.: 595/3.3.90.30.00.0000 (0001) - Material de Consumo

Projeto/Atividade: 07.2068 - Manut. de Máquinas e Equipamentos Rodoviários
Elemento da Desp.: 602/3.3.90.30.00.0000 (0001) - Material de Consumo

13. PENALIDADES:

13.1 Pelo inadimplemento das obrigações sejam na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme as infrações estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- a) Deixar de apresentar a documentação exigida no certame: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 02 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;*
- b) Manter comportamento inadequado durante o pregão: *afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;*
- c) Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;*
- d) Executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: *advertência;*
- e) Executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 05(cinco) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: *multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;*
- f) Inexecução parcial do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 03 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;*

- g) Inexecução total do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 05 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;*
- h) Causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: *declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 05 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato.*

13.2 As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

13.3 Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

14. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

14.1. A impugnação ao edital será feita na forma do art. 41 da Lei nº 8.666/1993, observando-se as seguintes normas:

a) o pedido de impugnação ao edital poderá ser feito por qualquer cidadão, devendo ser protocolado até 05 (cinco) dias úteis antes da data marcada para o recebimento dos envelopes.

b) os licitantes poderão impugnar o edital até o 2º (segundo) dia útil antecedente a data marcada para o recebimento dos envelopes.

c) os pedidos de impugnação ao edital serão dirigidos à Comissão de Licitações no Setor de Licitações, durante o horário de expediente, que se inicia às 08 h e se encerra às 17 h, mediante protocolo, obedecidos os prazos das alíneas “a” e “b”.

d) não serão recebidos como impugnação ao edital os requerimentos apresentados fora do prazo ou enviados por e-mail ou por qualquer outro meio além do previsto na alínea anterior.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Almirante Tamandaré do Sul, Setor de Licitações, sito na Rua Mário Linck, nº.352, ou pelos telefones (54) 3615-1143/1154/1153 ou e-mail licitacao@tamandaredosul.com.br ou licitacaoats@tamandaredosul.com.br, no horário compreendido entre as 08:00 as 12:00 horas e 13:00 as 17:00 horas, ou ainda, no endereço eletrônico www.tamandaredosul.com.br/pregao preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.

15.2. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, Setor de Licitações.

15.3. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

15.4. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, e-mail e os números de fax e telefone.

15.5. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial. Os documentos extraídos de sistemas informatizados (internet) ficarão sujeitos à verificação da autenticidade de seus dados pela Administração.

15.6 As cópias extraídas da internet serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração.

15.7. Os interessados deverão acompanhar as modificações e os esclarecimentos sobre o edital, disponibilizados na forma de aditamentos, esclarecimentos e comunicados no site www.tamandaredosul.com.br. Portanto, fica sob a inteira responsabilidade dos interessados o acompanhamento das atualizações efetuadas pela Administração, que poderão ocorrer a qualquer momento.

15.8. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666-93, sobre o valor inicial contratado.

15.9. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

15.10. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666-93).

15.11. Fazem parte integrante deste edital, o Termo de Referência - Anexo I, a Declaração de Idoneidade - Anexo II, a Declaração de que não emprega menor - Anexo III, Declaração de enquadramento para empresas beneficiárias da LC 123/06 -

Anexo IV, Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação – Anexo V e Minuta de Contrato – Anexo VI.

15.12. Fica eleito o Foro da Comarca de Carazinho para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Almirante Tamandaré do Sul, 11 de maio de 2016.

Valdeci Gomes da Silva
PrefeitoMunicipal

Este edital se encontra examinado e aprovado pela Assessoria Jurídica.

Em __/__/__.

Assessor Jurídico

PREGÃO PRESENCIAL N.º. 11/2016
Processo Administrativo n.º. 034.01.02.08/2016

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Credenciamento: 08:30 horas do dia 25/05/2016

Início da Sessão de Disputa: 08:30 horas do dia 25/05/2016

Local: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré do Sul.

1 - Objeto: Aquisição de pneus novos de diversas bitolas e de câmaras de ar, conforme especificações contidas no item 06 (seis) deste termo.

2 - Justificativa: A aquisição servirá para a manutenção dos diversos veículos e máquinas do patrimônio municipal.

3 -Prazo de entrega: O prazo de entrega será de no máximo 15 (quinze) dias, contados do recebimento da ordem de fornecimento.

4- Valor total estimado: R\$ 108.733,84 (cento e oito mil, setecentos e trinta e três reais e oitenta e quatro centavos).

5 - Local de entrega: A entrega dos pneus e das câmaras deverá ser feita no setor de almoxarifado, situado no seguinte endereço: Rua Lindolfo Dias de Meira, S/Nº, Bairro Centro, Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Trânsito, junto ao Parque de Máquinas.

6 - Especificações, Quantidades e Valor Estimado do Objeto:

ITEM	QUANT.	UN.	DESCRIÇÃO/BITOLA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	06	un.	Pneu 12-16.5, 10 lonas ou mais para retroescavadeira Randon	R\$ 799,33	R\$ 4.795,98
02	04	un.	Pneu 185-70R14, 8 lonas para veículo Kombi	R\$ 310,64	R\$ 1.242,56
03	12	un.	Pneu 1400x24, para patrola 16 lonas com no mínimo 8 cm de largura e 4 cm de altura	R\$ 2.348,27	R\$ 28.179,24
04	02	un.	Pneu misto 1000x20, radial TG 85, dianteiro liso misto para caminhão pac2	R\$ 1.435,16	R\$ 2.870,32
05	08	un.	Pneu borrachudo 1000x20,	R\$ 1.496,35	R\$ 11.970,80

			radialTG 85 borrachudo misto traseiro para caminhão pac2		
06	02	un.	Pneu misto 275.80R-22,5, radial dianteiro para caminhão Ford Cargo	R\$ 1.563,92	R\$ 3.127,84
07	08	un.	Pneu misto 275.80R-22,5, radial traseiro para caminhão Ford Cargo	R\$ 1.551,31	R\$ 12.410,48
08	12	un.	Pneu 215.75-16, 8 lonas para veículo Ford Transit	R\$ 886,27	R\$ 10.635,24
09	12	un.	Pneu 205.75-16, 8 lonas para veículo Fiat Ducato	R\$ 545,50	R\$ 6.546,00
10	08	un.	Pneu 205.60-15, para veículos Picasso e Strada	R\$ 384,30	R\$ 3.074,40
11	06	un.	Pneu 185.75-14 para veículo Chevrolet Astra	R\$ 250,00	R\$ 1.500,00
12	08	un.	Pneu 195.65-15 para veículo Chevrolet Spin	R\$ 351,42	R\$ 2.811,36
13	06	un.	Pneu 165,70-13 para veículo Fiat Elba	R\$ 186,76	R\$ 1.120,56
14	08	un.	Pneu 175.70-14 para veículo Fiat Doblô e Pálio	R\$ 285,09	R\$ 2.280,72
15	04	un.	Pneu 215.50-17 para veículo Ford Focus	R\$ 442,00	R\$ 1.768,00
16	04	un.	Pneu 195-55-15 para veículo Volkswagen Gol	R\$ 309,98	R\$ 1.239,92
17	06	un.	Câmara de ar 12-16.5 para retroescavadeiras	R\$ 114,03	R\$ 684,18
18	10	un.	Câmara de ar 1000x20 para caminhão pac2	R\$ 105,60	R\$ 1.056,00
19	04	un.	Pneu 19.05/24, 12 lonas, traseiro, para retroescavadeira Randon	R\$ 2.855,06	R\$ 11.420,24

PREGÃO N.º. 11/2016
Processo Administrativo n.º. 034.01.02.08/2016

ANEXO II

DECLARAÇÃO

A empresa xxxxxxxxxxxx, através de seu representante legal, Sr.(a) xxxxxxxx, CPF xxxx (cargo da empresa). **DECLARA**, para os fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da Licitação instaurada pelo **MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL/RS**, Processo n.º. 034.01.02.08/2016, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL n.º. 11/2016, que foi declarada **IDÔNEA** para licitar com o **PODER PÚBLICO** em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Data.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL E CARIMBO DA EMPRESA.

PREGÃO N.º. 11/2016
Processo Administrativo n.º. 034.01.02.08/2016

ANEXO III

DECLARAÇÃO

A empresa xxxxx, através de seu representante legal, Sr.(a) xxx, CPF xxx (cargo na empresa). **DECLARA** para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da Licitação instaurada pelo **MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL/RS**, Processo n.º. 034.01.02.08/2016 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL n.º. 11/2016, que não possui em seus quadros pessoa menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega pessoas menores de dezesseis anos.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

Data.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL E CARIMBO DA EMPRESA.

PREGÃO N.º. 11/2016
Processo Administrativo n.º. 034.01.02.08/2016

ANEXO V

DECLARAÇÃO

A empresa xxxxx, através de seu representante legal, Sr.(a) xxx, CPF xxx (cargo na empresa). **DECLARA** para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da Licitação instaurada pelo **MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL/RS**, Processo Administrativo n.º. 034.01.02.08/2016, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** n.º. 11/2016, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação conforme determina o art. 4º, inciso VII da Lei n.º. 10.520/02.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

Data.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL E CARIMBO DA EMPRESA.

PREGÃO N.º 11/2016
Processo Administrativo n.º 034.01.02.08/2016

ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO PARA FORNECIMENTO DE
PNEUS NOVOS DE DIVERSAS BITOLAS E
DE CÂMARAS DE AR, QUE FAZEM ENTRE
SI O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE
TAMANDARÉ DO SUL E XXXXXX.**

O **MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com Sede na Rua Mário Linck, 352, Centro, Almirante Tamandaré do Sul/RS, inscrito no CNPJ sob o nº 04.215.782/0001-37, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Valdeci Gomes da Silva, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa XXXXXX (qualificação e endereço completos), doravante denominada simplesmente CONTRATADA, celebram o presente contrato de fornecimento de pneus novos de diversas bitolas e de câmaras de ar, vinculado ao edital de Pregão nº 011/2016, Processo Administrativo nº 034.01.02.08/2016 e à proposta vencedora, conforme termos de homologação e de adjudicação datados de xx/xx/2016, e que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:

O presente contrato tem por objeto o fornecimento pneus novos de diversas bitolas e de câmaras de ar, de primeira linha, com garantia contra defeitos de fabricação de 05 (cinco) anos, conforme exigência de nº. 5.1.1, letra “g” do edital de pregão 11/2016, de forma única, pela CONTRATADA, na quantidade e especificações constantes no anexo I do presente contrato, em até 15 dias, a contar da emissão da ordem de fornecimento pelo servidor responsável da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO SISTEMA DE LOGÍSTICA REVERSA:

A contratada deverá implementar o sistema de logística reversa de acordo com o inciso III, do artigo 33 da Lei 12.305/2010.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS:

O termo inicial do contrato será o de sua assinatura e o final ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias, período no qual ocorrerá a entrega dos materiais, de forma única, a contar do recebimento da ordem de fornecimento emitida pelo responsável da Prefeitura Municipal.

§ 1º. Verificada alguma irregularidade ou a desconformidade ou inadequação na prestação do serviço ou cumprimento do objeto ora contratado, será fixado prazo, não superior a 5 (cinco) dias úteis, para a devida correção, na forma do art. 69 da Lei n.º 8.666/1993, após o qual, em não havendo a regularização, o fato será reduzido a termo, que será encaminhado à autoridade competente, para que adote os procedimentos inerentes à aplicação das penalidades.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A CONTRATADA deverá:

- I - executar fielmente o objeto do presente contrato;
- II - indicar preposto para representá-la na execução do presente contrato;
- III - responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre os serviços contratados, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução dos serviços, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;
- IV - apresentar, mensalmente, cópia das guias de recolhimento dos encargos trabalhistas e previdenciários, conforme previsto no §1º da Cláusula Sexta;
- V - zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo àquela fornecer-lhes equipamentos de proteção individual (EPI) e crachá de identificação contendo o nome e função do empregado;
- VI - responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução dos serviços;
- VII - reparar e/ou corrigir, às suas expensas, os serviços efetuados em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço contratado;
- VIII - manter, durante toda a execução do presente contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

A CONTRATANTE deverá:

I - efetuar o devido pagamento à CONTRATADA referente aos serviços executados, em conformidade com a Cláusula Sexta;

II - determinar as providências necessárias quando os serviços não estiverem sendo realizados na forma estipulada no edital e no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções pertinentes, quando for o caso;

III - designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços objeto desse contrato.

CLÁUSULA QUINTA - RECEBIMENTO:

Os pneus deverão ser entregues “descarregados”, e as entregas deverão ser feitas no setor de almoxarifado, situado no seguinte endereço: Rua Lindolfo Dias de Meira, S/Nº, Bairro Centro, Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Trânsito, junto ao Parque de Máquinas, **livres de frete e descarga**.

I - A entrega ocorrerá de forma única, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da ordem de fornecimento emitida pelo responsável da Prefeitura Municipal.

II - Verificada a desconformidade de algum dos produtos, a contratada deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste termo.

III - A entrega dos produtos deverá ser de acordo, com as especificações exigidas no Anexo I.

IV - A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com os produtos.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O valor global do presente contrato será de R\$ xxxxxxxx, cujo pagamento será efetuado em parcela única, mediante empenho e apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da entrega dos materiais. Somente serão pagos os valores correspondentes aos materiais atestados por servidor responsável. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão e número do contrato a fim de se acelerar o trâmite de recebimento dos materiais e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02 Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 02.2005 - Manut. Gabinete Prefeito

Elemento da Desp.: 30/3.3.90.30.00.0000 (0001) - Material de Consumo

Órgão: 03 Sec. Municipal de Fazenda, Adm. e Planejamento

Projeto/Atividade: 03.2008 - Manut. Secretaria de Fazenda, Adm. e Planejamento

Elemento da Desp.: 53/3.3.90.30.00.0000 (0001) - Material de Consumo

Órgão: 04 Sec. Municipal de Saúde, Habitação e Assistência Social

Projeto/Atividade: 04.2009 - Manut. Secretaria de Saúde

Elemento da Desp.: 69/3.3.90.30.00.0000 (0040) - Material de Consumo

Elemento da Desp.: 70/3.3.90.30.00.0000 (4011) - Material de Consumo

Elemento da Desp.: 71/3.3.90.30.00.0000 (4510) - Material de Consumo

Elemento da Desp.: 69/3.3.90.30.00.0000 (0040) - Material de Consumo

Projeto/Atividade: 04.2015 - Manut. dos Veículos da Saúde

Elemento da Desp.: 149/3.3.90.30.00.0000 (0040) - Material de Consumo

Elemento da Desp.: 150/3.3.90.30.00.0000 (4510) - Material de Consumo

Elemento da Desp.: 151/3.3.90.30.00.0000 (4521) - Material de Consumo

Projeto/Atividade: 04.2020 - Manut. da Vigilância Epidemiológica

Elemento da Desp.: 212/3.3.90.30.00.0000 (4710) - Material de Consumo

Projeto/Atividade: 04.2025 - Manut. do Centro de Referência em Assist. Social - CRAS

Elemento da Desp.: 259/3.3.90.30.00.0000 (0001) - Material de Consumo

Órgão: 05 Sec. Municipal de Educação, Cultura e Lazer

Projeto/Atividade: 05.2028 - Manut. Secretaria de Educação e Cultura

Elemento da Desp.: 319/3.3.90.30.00.0000 (20) - Material de Consumo

Projeto/Atividade: 05.2035 - Manut. Transporte Escolar Ensino Infantil Creche

Elemento da Desp.: 388/3.3.90.30.00.0000 (0020) - Material de Consumo

Projeto/Atividade: 05.2036 - Manut. Transporte Escolar Ensino Infantil Pré

Elemento da Desp.: 399/3.3.90.30.00.0000 (0020) - Material de Consumo

Projeto/Atividade: 05.2040 - Manut. Transporte Escolar Ensino Fundamental

Elemento da Desp.: 441/3.3.90.30.00.0000 (0020) - Material de Consumo

Órgão: 06 Sec. Municipal de Agricult., Ind., Comércio e Meio Ambiente

Projeto/Atividade: 06.2050 - Manut. Secretaria Municipal de Agricultura

Elemento da Desp.: 512/3.3.90.30.00.0000 (0001) - Material de Consumo

Projeto/Atividade: 06.2051 - Manut. de Máquinas, Veículos da Agricultura

Elemento da Desp.: 519/3.3.90.30.00.0000 (0001) - Material de Consumo

Órgão: 07 Sec. Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Trânsito

Projeto/Atividade: 07.2067 - Manut. e Conservação de Estradas

Elemento da Desp.: 595/3.3.90.30.00.0000 (0001) - Material de Consumo

Projeto/Atividade: 07.2068 - Manut. de Máquinas e Equipamentos Rodoviários

Elemento da Desp.: 602/3.3.90.30.00.0000 (0001) - Material de Consumo

CLÁUSULA OITAVA - PENALIDADES:

Pela inexecução total ou parcial do contrato o CONTRATANTE poderá, garantida prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

I - Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

II - Executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

III Executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 05(cinco) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;

IV) Inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

V) Inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

VI) Causar prejuízo material diretamente resultante da execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato.

§1º As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

§ 2º Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA NONA - GARANTIA:

As partes contratantes acordam que por ocasião do presente contrato, a CONTRATANTE deixa de exigir GARANTIA da CONTRATADA, nos termos previstos no artigo 56, §1º, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO CONTRATUAL:

Será rescindido o presente contrato, sem qualquer direito à indenização para a CONTRATADA, mas sendo-lhe garantida a ampla defesa e o contraditório, quando ocorrer:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço nos prazos estipulados;

IV - o atraso injustificado no início do serviço;

V - a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

VI - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

VII - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VIII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/1993;

IX - a decretação de falência;

X - a dissolução da sociedade;

XI - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

XII - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

XIII - a supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993;

XIV - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por

repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

XV - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

XVI - a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

XVII - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

XVIII - descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

§1º A rescisão do presente contrato fundamentada nos incisos I a XII e XVII, poderá ser determinada unilateralmente pela CONTRATANTE, com fulcro no art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993.

§2º A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, previstos no art. 80 da Lei nº 8.666/1993, em caso de rescisão unilateral fundada em inexecução parcial ou total de cláusulas contratuais, especificações do projeto básico ou prazos.

§ 3º Este contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo, atendida a conveniência do CONTRATANTE, mediante termo próprio, recebendo a CONTRATADA o valor dos serviços já executados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO:

Para questões de litígios decorrentes do presente contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Carazinho/RS, com exclusão de qualquer outro, por mais especializado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Almirante Tamandaré do Sul, xx de xxxxxx de 2016.

MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL/RS
CONTRATANTE

CONTRATADA

A presente minuta contratual foi devidamente examinada e aprovada por esta Assessoria Jurídica.

Em ____/____/____.

Assessor(a) Jurídico(a)

ANEXO I

Especificações, Quantidades e Valor dos Objeto Contratado

ITEM	QUANT.	UN.	DESCRIÇÃO/BITOLA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	06	un.	Pneu 12-16.5, 10 lonas ou mais para retroescavadeira Randon	xx	xx
02	04	un.	Pneu 185-70R14, 8 lonas para veículo Kombi	xx	xx
03	12	un.	Pneu 1400x24, para patrola 16 lonas com no mínimo 8 cm de largura e 4 cm de altura	xx	xx
04	02	un.	Pneu misto 1000x20, radial TG 85, dianteiro liso misto para caminhão pac2	xx	xx
05	08	un.	Pneu borrachudo 1000x20, radialTG 85 borrachudo misto traseiro para caminhão pac2	xx	xx
06	02	un.	Pneu misto 275.80R-22,5, radial dianteiro para caminhão Ford Cargo	xx	xx
07	08	un.	Pneu misto 275.80R-22,5, radial traseiro para caminhão Ford Cargo	xx	xx
08	12	un.	Pneu 215.75-16, 8 lonas para veículo Ford Transit	xx	xx
09	12	un.	Pneu 205.75-16, 8 lonas para veículo Fiat Ducato	xx	xx
10	08	un.	Pneu 205.60-15, para veículos Picasso e Strada	xx	xx
11	06	un.	Pneu 185.75-14 para veículo Chevrolet Astra	xx	xx
12	08	un.	Pneu 195.65-15 para veículo Chevrolet Spin	xx	xx
13	06	un.	Pneu 165,70-13 para veículo Fiat Elba	xx	xx
14	08	un.	Pneu 175.70-14 para veículo Fiat Doblô e Pálio	xx	xx
15	04	un.	Pneu 215.50-17 para veículo Ford Focus	xx	xx
16	04	un.	Pneu 195-55-15 para veículo Volkswagen Gol	xx	xx
17	06	un.	Câmara de ar 12-16.5 para retroescavadeiras	xx	xx
18	10	un.	Câmara de ar 1000x20 para caminhão pac2	xx	xx
19	04	un.	Pneu 19.05/24, 12 lonas, traseiro, para retroescavadeira Randon	xx	xx